

3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nas Apelações Cíveis nºs 268343-4 e 268340-3

Embargante: Alvorada Fomento Comercial Ltda

Embargado: Interlândia Limitada

Relator: Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

ACÓRDÃO

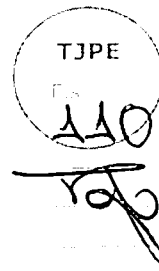
EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONTÉM A NECESSÁRIA MOTIVAÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nas Apelações Cíveis nºs 268343-4 e 268340-3, em que figuram como Embargante Alvorada Fomento Comercial Ltda e, como Embargado Interlândia Limitada, acordam os Desembargadores integrantes da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator.

Recife, 29-1-2014


Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nas Apelações Cíveis nºs 268343-4 e 268340-3

Embargante: Alvorada Fomento Comercial Ltda

Embargado: Interlândia Limitada

Relator: Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração manejados em face de acórdão cuja relatoria competiu ao desembargador substituto, Dr. Ruy Trezena Patú Júnior, que negou provimento as apelações cíveis manejadas pelo ora embargante nos seguintes termos:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - MEDIDA CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO PREPARATÓRIA DE AÇÃO DE ANULAÇÃO DE TÍTULO DE CAMBIAL C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO CAMBIAL E INDENIZAÇÃO POR DANOS JULGADA PROCEDENTE - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM NÃO CONHECIDA POR SE CONFUNDIR COM O MÉRITO - RESPONSABILIDADE DA CESSIONÁRIA POR PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO - DUPLICATA DESACOMPANHADA DE PROVA DA ENTREGA DE MERCADORIAS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - NULIDADE DO TÍTULO CAUSAL - CANCELAMENTO DO PROTESTO - OCORRÊNCIA DE DANO - DEVER DE INDENIZAR - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

1. Preliminar de Ilegitimidade Passiva ad causam: confunde-se com o mérito da demanda, pois envolve a responsabilidade da empresa ora Apelante como endossatária das Duplicatas em questão, na medida em que, trata-se de operação de factoring, onde deve a endossatária acautelar-se de que o negócio que originou a cártula realmente se sucedeu.
2. Preliminar não conhecida à unanimidade de votos.
3. Mérito: A duplicata é um título de crédito causal, que exige prova da efetivação do negócio subjacente que a originou, seja na forma de notas fiscais ou de comprovantes de recebimento das mercadorias pelo devedor, especialmente porque não-aceitas. Não havendo, a duplicata é nula, como no caso dos autos.
4. A Apelante é uma empresa de factoring, onde deve, como endossatária, acautelar-se de que o negócio que originou a cártula realmente se sucedeu.
5. Ocorre que, mesmo agindo de boa-fé, em confiança em relação à endossante, isso não diz respeito à parte autora, ora Apelada, que não pode ser penalizada pelo pagamento de um título a qual não deu causa.
6. Conforme pacificado na jurisprudência, restou comprovada a responsabilidade da Apelante no presente caso, mormente, como destacou a magistrada na sentença (fls. 29), em que não foi colacionado pela parte recorrente prova de que as duplicatas tenham comprovação de prestação de serviço ou entrega de mercadorias.
7. No pertinente às Duplicatas, estas somente podem ser objeto de cobrança quando aceitas pelo sacado. Quando não aceitas, a Lei nº 5.474/68 admite sua cobrança quando, cumulativamente, haja sido protestada, esteja acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria, bem como o sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos artigos 7º e 8º da referida lei.
8. Além disso, a parte autora/apelada nega ter efetuado qualquer transação comercial que ensejasse a emissão dos títulos de crédito sob discussão, estando, assim, carentes



de causa subjacentes, restando incontroverso nos autos a ausência de justa causa para a emissão das cópias.

9. No tocante à alegação da Apelante de inexistência de dano moral contra a empresa Apelada, é de se observar que a boa-fé do endossatário (representada pela falta de ciência de que o título não possuía causa) não afasta a sua responsabilidade, eis que, ao levar a protesto o título endossado, assume o risco de causar danos ao sacado, ressalvado o seu direito de regresso contra o endossante, nos termos da jurisprudência do STJ.

10. Com relação ao valor arbitrado pelo juiz singular a título de danos morais (R\$ 10.000,00 - dez mil reais), não há que ser reformado, eis que está pautado nos critérios balizadores da fixação do quantum indenizável, além do que atende aos princípios da razoabilidade e da moderação, orientando-se, esta Câmara, pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, atento à realidade da vida e às peculiaridades do caso.

11. Recurso improvido à unanimidade de votos.

Vistos, relatados e discutidos estes autos das Apelações Cíveis nºs. 268343-4 e 268340-3, em que figuram como Apelante, Alvorada Fomento Comercial Ltda e, como Apelado, Interlandia Limitada, acordam os Desembargadores integrantes da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso de Apelação, nos termos do voto do Relator.

Recife, 13 de março 2014.

Juiz Ruy Trezena Patu Júnior

Relator Substituto

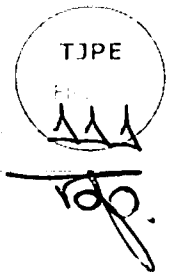
Em suas razões recursais, aduz o embargante que dedicou tópico específico no bojo de sua peça recursal *"para defender que não houve dano moral, tendo em vista que os títulos não chegaram a ser."* Pugna pelo enfrentamento da matéria com o objetivo de que seja analisada a condenação indenizatória derivada de simples apontamento do título a protesto.

É o que importa relatar. Independentemente o feito de pauta, trago em mesa para julgamento.

Recife, 29-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nas Apelações Cíveis nºs 268343-4 e 268340-3

Embargante: Alvorada Fomento Comercial Ltda

Embargado: Interlândia Limitada

Relator: Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

VOTO

Nada a aclarar no Acórdão atacado, haja vista que a matéria supostamente não apreciada quando do julgamento dos recursos foi, a toda evidência, apreciada, senão vejamos:

Nos precisos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os Embargos de Declaração constituem modalidade recursal cabível para sanar obscuridade, contradição (inciso I), ou omissão (inciso II) no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, cabendo à parte recorrente apontar na petição do recurso o ponto obscuro, omissivo ou contraditório (art. 536, CPC) que merece ser sanado. Não se presta, pois, à rediscussão da matéria decidida, devendo esta, sendo o caso, ser impugnada mediante espécie recursal própria.

Sustenta a embargante omissão do julgado no que tange a não apreciação de irresignação constante de seu apelo, no sentido da inexistência de dano moral ao fundamento de que não estão presentes no caso o ato lesivo, muito menos o próprio dano reclamado, de forma que não poderia identificar um suposto nexo causal.

Todavia, esta C. Câmara apreciou expressamente tal irresignação, ao pontuar:

"No tocante à alegação da Apelante de inexistência de dano moral contra a empresa Apelada, vez que não estão presentes no caso o ato lesivo, muito menos o próprio dano reclamado, de forma que não poderia identificar um suposto nexo causal, tal assertiva não deve prosperar, vez que assente na jurisprudência do STJ o dever de indenizar em casos idênticos, vejamos os seguintes julgados:

DIREITO COMERCIAL. DUPLICATA SEM ACEITE E SEM CAUSA SUBJACENTE. PROTESTO PELO BANCO ENDOSSATÁRIO. RESPONSABILIDADE PELA REPARAÇÃO DOS PREJUÍZOS. CABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO ACÓRDÃO.

I - Inexiste antinomia na assertiva de que, embora seja assegurado ao endossatário de boa-fé levar o título a protesto para preservar seu direito de regresso contra o emitente endossante (artigo 13, § 4º, da Lei nº 5.474/68), tratando-se de duplicata desprovida de causa ou não aceita, como se verifica no caso em apreço, deverá a instituição financeira responder, juntamente com o endossante, por eventuais danos que tenha causado ao sacado, em virtude desse protesto.

II - Diante da ausência de pedido de redução do quantum reparatório por danos morais nas razões do especial, descabe a pecha de omissão do acórdão a esse título.

Embargos rejeitados.

(EDcl no REsp 254433/SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2005, DJ 10/10/2005, p. 355)

COMERCIAL E CIVIL - DUPLICATA SEM ACEITE - PROTESTO TRANSAÇÃO MERCANTIL SUBJACENTE DESFEITA - COMUNICAÇÃO DO FATO AO BANCO ENDOSSATÁRIO RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

I - O Banco que recebe por endosso, em operação de desconto, duplicata sem causa, responde pela ação de sustação de protesto e deve indenizar o dano dele decorrente, ressalvado seu direito contra a endossante.

II - Recurso conhecido e provido.

(REsp 185269/SP, Rel. Ministro WLADEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2000)

Direito comercial. Agravo no recurso especial. Ação de conhecimento sob o rito ordinário. Duplicata. Ausência de prova do negócio jurídico subjacente. Nulidade. Protesto realizado por instituição financeira endossatária com vistas ao exercício de direito de regresso contra o sacador. Responsabilidade.

- A jurisprudência do STJ acolhe entendimento no sentido de que o endossatário de duplicata sem causa, que a aponta para protesto, responde pelos danos morais derivados do protesto indevido.

Agravo no recurso especial não provido.

(AgRg no REsp 543547/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/11/2003, DJ 09/12/2003, p. 288)

Colacionou-se ainda no bojo do voto do relator, jurisprudência do C. STJ, na qual há a expressa menção de que "O protesto indevido de duplicata enseja indenização por danos morais, sendo dispensável a prova do prejuízo" (REsp nº 254.433-SP).

Por todo o exposto, vota esta relatoria no sentido de **REJEITAR** os presentes aclaratórios.

É como voto.

Reibe, 28.1 = 2014

B. Bueno

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator